

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.066 - RS (2019/0304975-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : LUCAS AGUIRRE (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Lucas Aguirre** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n.70082482803.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante e denunciado pela suposta prática do crime de tráfico de drogas (Processo n. 028/2.19.0001858-0, 2ª Vara Criminal da comarca de Santa Rosa/RS). Eis o teor da denúncia (fls. 12/13):

[...]

No dia 24 de maio de 2019, por volta das 22h30min, na Rua A, 100, Bairro Auxiliadora, em via pública, Santa Rosa/RS, LUCAS AGUIRRE transportou e trouxe consigo, para fins de distribuição a terceiros, gratuita ou onerosamente, droga, consistente em aproximadamente 79 (setenta e nove) porções de crack, pesando, aproximadamente, 4,50 g (quatro gramas e cinquenta decigramas - fl. 110 do IP), substância que causa dependência física e psíquica, de uso proscrito no Brasil, nos termos da Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998, e atualizações posteriores, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar.

Na ocasião, Policiais Militares receberam denúncia anônima noticiando que o denunciado e Jeferson Luis de Lima estavam praticando o comércio ilícito de drogas na Rua A, Bairro Auxiliadora, nas imediações do "Bar Beto Sapo", nesta Cidade. Ato continuado, em diligências, os policiais deslocaram-se ao local, ocasião em que Jeferson, ao avistar a aproximação da Guarnição, empreendeu fuga, tendo os policiais logrado êxito na abordagem do denunciado, com quem foi encontrada a droga acima mencionada.

A droga foi apreendida e submetida à perícia, tendo sido identificada como "cocaína", substância psicoativa presente em drogas conhecidas como crack, merla, cocaína e oxi (fls. 06 e 112 do Inquérito Policial). Além da droga, foi apreendido com o denunciado o valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos).

O denunciado é reincidente.

ASSIM AGINDO, o denunciado LUCAS AGUIRRE incorreu nas sanções do artigo 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, c/c o artigo 61, inciso I, do Código Penal, com as disposições da Lei n.º 8.072/90 [...]

Superior Tribunal de Justiça

A prisão foi convertida em preventiva aos seguintes fundamentos (fls. 57/58):

[...] mostram-se presentes os pressupostos para a prisão cautelar, haja vista a prova da materialidade do delito e a indiscutível presença de indícios da autoria, não havendo outra alternativa a não ser manter a prisão provisória do autuado. Caso se confirme a sua responsabilidade pelo delito, desde já, é preciso dar um basta à sua atuação criminosa, pois a sociedade de Santa Rosa não mais tolera a proliferação de drogas em seu território.

Como é sabido, a narcotraficância constitui-se em modalidade delitiva de extrema gravidade, pois atinge a saúde pública como um todo. Além disso, deve ser observado que o tráfico de substâncias com alta potencialidade lesiva vem penetrando nos mais remotos rincões deste Brasil, não sendo mais problema exclusivo das grandes cidades. Por óbvio, mostra-se necessária uma pronta resposta do judiciário, sob pena de permitirmos o temor e a impunidade.

Tais fatores, conjugados, sem dúvida alguma caracterizam visível abalo à ordem pública, pois tudo está a indicar que, solto, o investigado continuará percorrendo a senda delitiva, o que, por si só, viabiliza a segregação *ante tempus* como forma de prevenir novos delitos e garantir a própria credibilidade da justiça.

É de se referir que o autuado é reincidente na prática de crimes dolosos, conforme se verifica na certidão de antecedentes criminais acostada, inclusive possuindo condenação por crime doloso contra o patrimônio (roubo qualificado pelo uso de arma de fogo), tendo cumprido pena em razão deste delito, além de possuir maus antecedentes, o que denota que o autuado faz do crime seu modo de vida e ignora por completo a ordem jurídica, demonstrando descaso com as represálias legais que até então lhe foram aplicadas. Diante dos argumentos expostos, não se mostra viável a decretação de qualquer das medidas cautelares diversas da prisão elencadas no novel art. 319 do CPP, porquanto inadequadas para o caso concreto.

Destarte, considerando a gravidade do contexto fático em tela, as condições pessoais do indiciado, o prognóstico de que, em liberdade, tornará a delinquir e todo o contexto de indícios que repousam em seu desfavor, a ameaça à ordem pública aflora cristalina, tornando, pois, incabível a substituição da prisão por qualquer das medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP.

[...]

Inconformada, a defesa da recorrente impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça local, sendo a ordem denegada, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 93):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

A prisão preventiva decretada tem base em circunstâncias concretas e fundamentos idôneos a respaldar a convicção de que a soltura da paciente representa perigo à garantia da ordem pública. Não é necessária maior explanação acerca da gravidade concreta da conduta e da periculosidade que o paciente representa ao meio social, notadamente porque, em tese, já era conhecido no meio policial por diversas denúncias anônimas por tráfico de drogas (fl.57), não se tratando, pois, de fato inédito. Disso resulta que cabe aqui a tutela da ordem pública, e, como corolário, da incolumidade das pessoas e da própria segurança pública. Ademais, ressalta-se que, além de reincidente, o paciente ostenta outras três ações penais em andamento, relacionadas a crimes cometidos na seara patrimonial, denotando que fazia da prática ilícita seu modo de vida, reforçando-se a necessidade de sua segregação cautelar. No que diz respeito ao

Superior Tribunal de Justiça

exame dos fatos dos quais originou-se a presente impetração, verifica-se que a guarnição policial recebe a denúncia anônima no sentido de que, próximo ao bar Beto Sapo, dois indivíduos estariam comercializando drogas no local: um deles recebia o dinheiro e Lucas realizava a entrega. Ao perceber a presença dos agentes de segurança, “Charlatão” fugiu do local com dinheiro em mãos, ao passo que Lucas trazia consigo “79 pedras de crack” e uma quantia em dinheiro, tendo o paciente oferecido resistência à prisão. Por tudo isso, considerando os robustos indícios de mercancia considerável, em local que permite a compra por uma boa parcela de usuários (bar), entendo que a manutenção da prisão preventiva faz necessária para acautelar a ordem e a saúde pública do concreto risco de perpetuação da conduta, especialmente dos nocivos efeitos das drogas lesivas que foram apreendidas para fins de tráfico, justificando-se a medida excepcional em harmonia com a norma prevista no artigo 312 do Código de Processo Penal.

ORDEM DENEGADA.

Ainda irresignada, a defesa interpôs recurso ordinário, no qual reiterou a tese de inidoneidade da fundamentação exarada na decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente.

Pugnou, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, pela substituição da prisão por cautelares diversas.

É o relatório.

A concessão de liminar é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, ficou devidamente demonstrada a necessidade da prisão, ante a **reiteração delitiva** referenciada na decisão (fl. 58):

[...]

É de se referir que o autuado é reincidente na prática de crimes dolosos, conforme se verifica na certidão de antecedentes criminais acostada, inclusive possuindo condenação por crime doloso contra o patrimônio (roubo qualificado pelo uso de arma de fogo), tendo cumprido pena em razão deste delito, além de possuir maus antecedentes, o que denota que o autuado faz do crime seu modo de vida e ignora por completo a ordem jurídica, demonstrando descaso com as represálias legais que até então lhe foram aplicadas. Diante dos argumentos expostos, não se mostra viável a decretação de qualquer das medidas cautelares diversas da prisão elencadas no novel art. 319 do CPP, porquanto inadequadas para o caso concreto.

[...]

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora

Superior Tribunal de Justiça

pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara Criminal da comarca de Santa Rosa/RS, inclusive sobre o atual andamento da ação penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

